

(Im)precisões conceituais na Teoria psicanalítica: notas sobre a violência e a agressividade

Katerine da Cruz Leal Sonoda, Bárbara Bittencourt Nobre

Resumo

Rigorosamente falando, a violência não recebe um estatuto conceitual no pensamento freudiano, mas o termo aparece articulado a conceitos fundamentais da metapsicologia, como, por exemplo, o de agressão. O objetivo do artigo é apresentar uma possível distinção conceitual, com base sobretudo na Teoria Psicanalítica, entre violência e agressividade -, argumentando que apenas esta última pode ser considerada constitutiva do psiquismo humano. Além disso, parece existir uma banalização dos dois termos, que muitas vezes são utilizados como sinônimos. Realizou-se uma discussão com diferentes autores, insistindo a importância do rigor conceitual no campo psicanalítico.

Palavras chave: Violência, agressão, constituição psíquica.

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar uma possível distinção conceitual, com base sobretudo na Teoria Psicanalítica, entre violência e agressividade -, argumentando que apenas esta última pode ser considerada constitutiva do psiquismo humano.

A noção de ‘Violência’ muitas vezes é utilizada em seu sentido popular, tanto em Freud como em seus comentadores, confundida com o próprio trauma e/ou com a agressividade. A violência não chega a ter o estatuto de um conceito psicanalítico em Freud, enquanto a agressividade está bastante bem definida em sua obra, sendo uma concepção central para a compreensão do sujeito freudiano.

Foram utilizados aqui alguns textos freudianos que remetem à guerra, à violência e à agressividade. São eles: Totem e tabu (1913); Reflexões para os tempos de guerra e morte (1915); O futuro de uma ilusão (1927); Mal estar na civilização (1930); Por que a Guerra? (1933).

Nestes acima citados, Freud postula que a gênese do eu (que pertence ao registro da ontogênese) repete os processos presentes na civilização (que pertence à ordem da filogênese). Isto significa que a história individual é resultado não apenas do mundo que a cerca, mas também de gerações precedentes e de marcas de tempos históricos anteriores. A constituição do psiquismo acontece no entrelaçamento entre a pulsão e a cultura e por isso o sujeito é construído na articulação com a sociedade. A civilização, enquanto “soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossa vida de nossos antepassados animais, e que serve a dois intuitos: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos” (FREUD, 1930: 96), se constrói com um preço alto a ser pago: a renúncia pulsional. Por serem “senhores com interesses opostos”, essa relação será sempre conflituosa. E por isso o inconformismo de Freud com a máxima cristã: Amarás teu próximo como a ti mesmo: Este mandamento é impossível de ser cumprido.

De forma incrivelmente intuitiva dos acontecimentos futuros, Freud escreve em Mal estar na civilização (1930) que nas últimas gerações a humanidade realizou progressos extraordinários nas ciências naturais e em sua aplicação técnica, estabelecendo seu controle sobre a natureza de um modo jamais imaginado, tendo os homens:

adquirido sobre as forças da natureza tal controle que, com sua ajuda, não teriam dificuldades em se exterminarem uns aos outros, até o último homem. Sabem disso, e é daí que provém grande parte de sua atual inquietação, de sua infelicidade e de sua angústia (FREUD, 1930/2006, p. 170).

Aqui Freud continua abordando o paradoxo da civilização: Como combater a violência se existe uma irreduzível inclinação agressiva nos seres humanos? Por isso Freud estava interessado naquele que é provavelmente a mais recente das ordens culturais do superego; o mandamento de amar ao próximo como a si mesmo. Esse mandamento, para Freud, constitui a defesa mais forte contra a agressividade humana porque é impossível de ser cumprido. Freud diz que a civilização repousa sobre a coerção dos impulsos fundamentais do ser humano. Ela é necessária para que o bebê se transforme em sujeito, mas a mesma civilização também é responsável por boa dose de infelicidade.

Abordar o tema da violência em Freud exige retomar o “mito científico” da psicanálise, seu *Totem e Tabu* (1913), onde postula que a civilização se funda em um ato de violência, qual seja, no assassinato do pai da horda primeva. Civilização esta que nasce de um crime e origina as instituições mais importantes da cultura: Estado, família, lei e religião.

É a partir de um ato inaugural de violência que se fundaria a rede social. O crime foi fundador na medida em que a civilização se originou da ação criminosa (com o olhar de hoje, a rigor, não foi crime porque não tinha lei: Não é o pai que cria a lei, é a lei que cria o pai) cometida em conjunto pelos irmãos. É por meio da expressão máxima de violência, o assassinato, que se fundamentam as restrições morais, as organizações sociais e toda possibilidade de convivência (por meio do princípio da exogamia totêmica e tabu do incesto). Ao se tornarem culpados e reconhecerem sua culpa, os irmãos da horda primitiva criaram a civilização. Toda sociedade humana estaria construída sobre a cumplicidade de um grande crime.

Metáfora, ficção ou acontecimento distante, *Totem e Tabu* serviu para imaginar uma origem para as leis que proíbem o assassinato e o incesto, além de estabelecer relação entre o desenvolvimento da civilização e a repressão dos instintos. Parece ser o primeiro texto na história do pensamento político que indica que a lei nasce banhada com sangue.

Para a fundamentação teórica dos próximos subitens os principais autores citados serão Sigmund Freud (1913, 1915, 1927, 1930), Ilka Ferraril (2006) e Jurandir Freire Costa (1989, 2003).

Sobre a violência

Se a civilização se funda em um ato de violência, em última instância existiria uma violência constituinte? A rigor não se pode falar em uma violência constituinte em Totem e Tabu porque não havia lei nem desejo instaurado. A culpa só pode existir após a lei e por isso me parece ser correta a suposição desse ato de violência inaugural como fundante da civilização. Totem e Tabu seria o único exemplo possível de violência constitutiva. Fundante sim da civilização, mas não do psiquismo.

Sobre a violência na teoria freudiana, é preciso lembrar que o termo não possui uma definição precisa em psicanálise (tampouco em outras áreas de conhecimento), mas isso não impede de investigar o fenômeno com um olhar psicanalítico. Embora Freud tenha escrito muito pouco sobre violência é possível e necessária uma leitura freudiana ou psicanalítica da violência. Aqui se faz preciso ainda diferenciar o fenômeno “violência” de outros conceitos que o tangenciam: como a agressividade, o trauma e a pulsão de morte. Estes termos são frequentemente utilizados de forma imprecisa e com alcance e limites teóricos nem sempre bem definidos.

Para Canavêz (2013) não é possível inserir a obra de Freud no quadro das grandes teorias sobre a origem da violência (os que defendem a natureza violenta do homem e os que entendem a sociedade como o mal do homem, que o faz violento). Essa impossibilidade se dá na forma como Freud compreende o sujeito “marcado que é pela alteridade desde sua constituição e, como tal, muito distante da proposta que o toma como fundamento apartado daquele da sociedade” (p. 46). Dessa maneira, indivíduo e sociedade não seriam campos distintos para possibilitar a origem (psíquica ou social) da violência.

O psicanalista Endo (2005) refere que as violências se cotidianizaram e se banalizaram com tamanha intensidade que obrigou a coletividade a preparar-se, diariamente, para a possibilidade do enfrentamento desse problema, ocorrendo uma possível ambivalência entre o que é cotidiano e o que é banalizado. Apesar de banalizada, a coletividade se prepara para lidar com a violência. Todos somos, em maior ou menor grau, vítimas possíveis da violência. E essa banalização da violência não ocorre sem consequências para a saúde e para a própria

clínica psicanalítica. Diversos estudos (BIRMAN, 2001; GLICKEN, 2006; LEITE & BIRMAN, 2004; MACIEL & SANTOS, 2004; SONODA, 2012, 2013) apontam possíveis efeitos para a saúde da população exposta à violência. Medo, ansiedade, depressão, Transtorno de Estresse Pós-Traumático, baixa autoestima, desconfiança, hostilidade, distúrbios do desenvolvimento, baixo rendimento escolar são alguns dos problemas que a literatura identifica como consequências da violência para a saúde mental das populações expostas. Sobre as vítimas diretas incluem as lesões físicas como fraturas, desfigurações, queimaduras e abortos, além de situações clínicas crônicas, sobretudo psicossomáticas, como dor pélvica, cefaleias, síndrome do cólon irritável, fibromialgia, entre outros.

Nas unidades de saúde o fenômeno “violência” comparece atravessando os serviços, os profissionais e os usuários.

Brasil (2003) aponta que o tema da violência atual incide sobre a clínica, desestabilizando modelos tradicionais. Os relatos de situações em que a violência desborda, seja pela intensidade com que se apresenta, seja por seu caráter inusitado, tem posto os profissionais frente a impasses que põem em cheque não apenas as referências teóricas e clínicas, mas o modo de funcionamento social, as relações sociais, as condições atuais de cidadania. “Seria a violência de outra ordem que não o sintoma?”, questiona a autora. Como agir frente aos relatos de violência, carregados de dor? Como os profissionais “psi” devem ouvir isso?

As unidades de saúde mental têm servido como ponto de referência aos afetados por situações de violência. Nesses espaços, os sintomas produzidos pela violência se apresentam. Essas unidades passam a funcionar como ponto de ancoragem para clientela em busca de apoio e/ou da prescrição de medicamentos para enfrentar situações limite. Pacientes e familiares unem suas vozes para pedir reconhecimento de que *a violência é capaz de enlouquecer*. Além da demanda por atenção clínica, estas unidades passam a ser uma referência de acolhida protetora para os ameaçados pela polícia ou pelo narcotráfico até que se viabilize outro tipo de apoio familiar ou institucional.

O atendimento imediato às vítimas e todo esforço de reabilitação e readaptação representam hoje no Brasil uma sobrecarga dos serviços de emergência dos hospitais gerais, dos centros especializados e dos institutos médico-legais, indicando a necessidade de adequação de recursos humanos e de equipamentos ao crescimento da demanda por tratamento (MINAYO, 1994; DIMENSTEIN, 2001).

O que poderia haver de constitutivo nessas experiências?

Sobre a agressividade

Não pretendemos expor um estudo exaustivo sobre as terias clássicas sobre a agressão. Estas tentam explicar o problema da agressividade humana se dividem basicamente em duas grandes categorias:

- 1) Teorias ativas (ou instintivas): Consideram a origem da agressão nos impulsos internos, sendo, por isso, inata ao homem. Os autores costumam ser pessimistas em suas análises quando tentam propor soluções para a agressividade, à violência e à guerra. Aqui a agressão seria resultado de forças impulsivas inatas que atuam no indivíduo. Aqui estaria inserida a teoria psicanalítica da agressão e as teorias propostas por etólogos (com generalizações para o comportamento humano a partir de estudos com animais). A máxima Hobbesiana “O homem é o lobo do homem” ilustra esta teoria.
- 2) Teorias reativas (ou ambientalistas): A origem da agressão estaria no meio ambiente que rodeia o indivíduo e percebem o fenômeno como reação diante de questões ambientais e/ou sociais. Jean-Jacques Rousseau é um autor clássico desse grupo de pensadores (“O homem nasce página em branco”, e é corrompido pela sociedade). Costumam ser mais otimistas em suas análises para possíveis soluções. Dentre as teorias reativas estariam a frustração-agressão (a agressão seria produzida pela interferência ambiental nos objetivos humanos, sendo a agressão consequência da frustração) e a Teoria da aprendizagem social (cujo maior expoente é Bandura) afirma que a agressão é aprendida por imitação ou observação (aprendizagem vicária).

Estas duas grandes categorias remetem ao velho, controverso e não resolvido debate sobre a natureza humana: “inato *versus* adquirido”, ou seja, o que seria próprio da espécie, instintual e congênito *versus* o que seria externo, construído e mediado pelo ambiente.

Mackal (1983) escreveu um compêndio com as principais teorias psicológicas da agressão, onde apresenta detalhadamente seis teorias que tentam explicar as condutas agressivas, sendo a sexta uma teoria própria, chamada de “bioquímica da agressão” (onde comportamento agressivo seria produzido por diversos processos bioquímicos do organismo

humano, tendo os hormônios um papel fundamental no desencadeamento das condutas consideradas agressivas.). Em resumo, o autor supõe a existência de hormônios agressivos da mesma forma como existem hormônios sexuais! Sua proposta confirma a Teoria Instintiva da agressão.

Quadro 1: Principais teorias apresentadas no estudo sobre agressividade humana, de Mackal (1983)

	Breve descrição	Método	Conceituação	Nível de dificuldade do trabalho resultante
Teoria Clássica da dor	Estudos sobre aversão à dor, relação entre intensidade de dor e comportamento violento, luta-fuga. O medo da dor está classicamente condicionado e conduz frequentemente a uma conduta extrema ou agressiva.	experimental	dedutiva	avançada
Hipóteses de Frustração-agressão	Bloqueios de meta seriam frustrantes	estática	dedutiva	intermediária
Teoria Social (ou sociológica)	Diversas teorias sociológicas explicam a conduta agressiva (teorias de grupo, fenômenos de obediência, coesão grupal, fenômenos de massa, interacionismo simbólico, construcionismo social, teoria do conflito, etc).	observação	dedutiva	elementar
Teoria Catártica	Solução única para o problema da agressividade humana: Se o mecanismo de liberação catártica se encontra bloqueado, o sujeito será mais agressivo do que seria de outro modo. Quando se produz catarse a pessoa “se sente melhor” e menos agressiva.	estatística	dedutiva	elementar

Teoria do Instinto (Etologia da agressão)	Instinto agressivo foi inicialmente adaptativo na evolução da espécie humana. O ponto central postula a tese de que a agressão se deve a um fator biológico mais que a múltiplos fatores sociológicos.	observação	indutiva	avançada
Teoria Bioquímica (ou genética)	Existem hormônios de agressão junto com os hormônios sexuais, de forma que a agressão humana pode ser explicada bioquimicamente.	experimental	indutiva	avançada

Fonte: Mackal, 1983. Organizado pelas autoras.

No prólogo à edição castelhana da obra, Jiménez (1983), destaca que essa explicação proposta por Mackal está muito próxima das teorias da agressão chamadas “ativas”, sobretudo a teoria etológica, que diz respeito ao estudo do caráter e comportamentos. Para as teorias ativas da agressão, onde as formulações psicanalistas se incluem, o homem possui uma agressividade inata.

Para não confundir agressividade com violência

Ainda hoje parece difícil reconhecer que carregamos algo de destrutivo. Resistência esta já encontrada desde Freud, e pelo próprio Freud, com seus escritos sobre a pulsão de morte (também chamada de pulsão agressiva, de dominação, de destruição). Segundo Ferraril (2006), foi a prática clínica que ensinou a Freud o que ele deixou de legado sobre a agressividade. Rastrear o assunto em sua obra é dispor-se, então, a uma árdua tarefa. Significa deparar-se com a constituição do eu/não-eu, prazer/desprazer, amor/ódio, ideal do eu/eu ideal, autoerotismo, narcisismo, sadismo, masoquismo e, principalmente, com a tendência restitutória e a pulsão de morte. Supõe ainda o encontro com o mito do Pai da horda primitiva e exige o esforço de clareza dos termos hostilidade, crueldade, intenção e tendência agressiva, todos eles jogando com *Eros e Thanatos*.

Dentro do próprio movimento psicanalista o reconhecimento da pulsão agressiva foi lento. O desenvolvimento e a formulação do conceito de “Pulsão de morte” foi a forma que Freud sugeriu para dizer que o sujeito se edifica sobre um fundo que supõe destruição. Algo

na vida falha desde o início. O masoquismo primário, já esboçado em "Além do princípio do prazer" (1920) e desenvolvido no artigo "O problema econômico do masoquismo" (Freud, 1924), é um exemplo da expressão de que a vida é prisioneira da morte.

Foi apenas em 1920 que Freud apresenta a agressividade como uma força autônoma, originária e independente da sexualidade (ainda que as questões da repetição, do mal estar e da destruição tenham aparecido em textos predecessores). Em Além do Princípio do Prazer, a pulsão de morte é nomeada e relacionada com a noção de agressividade e destruição. Aqui Freud demonstra o potencial de destrutividade psíquica, possível em Freud frente aos horrores da Primeira Guerra Mundial (a última guerra de Freud).

Em “Moral sexual civilizada e a doença nervosa dos tempos modernos” (Freud, 1908/2006), primeira das longas exposições sobre o antagonismo entre civilização e pulsão, o conflito entre o mal-estar e desamparo (inerentes à condição humana), bem como a necessidade de resposta a estes, foram representados sob a forma de uma solução possível, isto é, de uma “harmonia a ser conquistada entre os dois polos pela mediação da psicanálise (...) de maneira que o sujeito poderia alcançar uma relação tranquila entre as exigências da pulsão e da civilização”. Existia a esperança de que a civilização chegaria a algum acordo quanto às severas exigências impostas à satisfação sexual.

A “moral sexual civilizada” representava uma grande dificuldade para as individualidades, onde a principal consequência foi a “doença nervosa”. Aqui Freud confiava na regulação dos laços sociais a partir de um controle da agressividade. Acreditava em uma harmonia possível entre o registro do sujeito e o registro do social (Sonoda, 2013).

Já em “mal-estar na civilização” (1930/2006), no entanto, Freud parece não acreditar mais em sua formulação original. Já não existe mais em sua teoria uma visão positiva do futuro. O otimismo inicial da psicanálise, na confiança inicial no “projeto civilizador” foi desfeita ainda pelo próprio Freud. A civilização não tem nenhum domínio sobre seu destino. Nem mesmo o Eu é senhor em sua própria casa (Freud, 1917). A relação conflitual entre a pulsão e a civilização seria de uma ordem estrutural, isto é, o conflito jamais seria ultrapassado. Assim, se em 1908 o conflito poderia ser ‘solucionado’, em 1930 seria necessária “uma espécie de gestão interminável e infinita do conflito pelo sujeito, de forma tal que este não poderia jamais de deslocar da sua posição originária de desamparo” (Birman, 2001:70). A civilização aparece como limitadora – por meio da censura e da repressão - da realização do princípio de prazer. O conflito humano (portanto, intrapsíquico e social) é sempre interminável. No melhor cenário, o conflito é contornado. A civilização repousa

sobre a coerção dos impulsos agressivos fundamentais do ser humano. Ela é necessária para que o bebê se transforme em sujeito, mas também é responsável por boa dose de infelicidade.

Mal estar na civilização (FREUD, 1930) trata-se de um texto denso onde Freud tenta responder a questão sobre por que o homem não consegue ser feliz. E sobre os fatores que limitam ou impedem essa felicidade. O programa de tornar-se feliz, que o princípio de prazer impõe, não pode ser realizado; contudo, Freud aponta que não podemos “abandonar nossos esforços de aproximá-lo da consecução, de uma maneira ou de outra” (1930:90). Não é fácil compreender como é possível privar a pulsão de satisfação e que essa privação não ocorre impunemente.

Segundo o autor, a vida, tal como a encontramos, é árdua demais para nós; proporciona-nos muitos sofrimentos, decepções e tarefas impossíveis. A fim de suportá-la, não podemos dispensar medidas paliativas, que seriam de três tipos: “derivativos poderosos, que nos fazem extrair luz de nossa desgraça, satisfações substitutivas, que a diminuem; e substâncias tóxicas, que nos tornam insensíveis a ela” (p. 83). Freud discursa ainda, no mesmo texto, sobre a dificuldade do homem moderno de encontrar a felicidade e seriam três as fontes de sofrimento, advindas dos compromissos com a civilização: o poder superior da natureza, a fragilidade de nossos próprios corpos e a inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade (p.105), sendo o relacionamento com os outros homens a fonte de mal-estar mais penosa de todas. É na relação com os outros homens que estaria uma das maiores dificuldades, pontuando ainda que é na ausência do outro que o vazio se instala e atos impulsivos se descarregam: na violência, na loucura etc.

Aqui já estava claro para Freud que existe uma inclinação para a agressão nos homens, fator que perturba o relacionamento entre eles:

A questão fatídica para a espécie humana parece-me ser saber se, e até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pela pulsão humana de agressão e autodestruição. (...) Os homens adquiriram sobre as forças da natureza um tal controle, que, com sua ajuda, não teriam dificuldades em se exterminarem uns aos outros, até o último homem. Sabem disso, e é daí que provém em grande parte de sua atual inquietação, de sua infelicidade e de sua ansiedade. (Freud, 1930:147).

Em consequência dessa mútua hostilidade primária dos seres humanos, a sociedade se vê permanentemente ameaçada de desintegração sempre que a agressividade não é “controlada”. Ainda com Freud, este vai dizer que a manutenção do pacto civilizatório se dá, por exemplo, através da inibição da finalidade dos relacionamentos amorosos, das restrições à

vida sexual e ao mandamento ideal de amar ao próximo como a si mesmo, mandamento justificado “pelo fato de nada mais ir tão fortemente contra a natureza original do homem” (p.117). Essa pulsão agressiva é o derivado e o principal representante da pulsão de morte, que Freud afirma estar lado a lado com Eros, dividindo o domínio do mundo. A evolução da civilização representa a luta entre Eros e a Morte, entre a pulsão de vida e a pulsão de destruição, tal como ela se elabora na espécie humana, “sendo a evolução da civilização simplesmente descrita como a luta da espécie humana pela vida” (p. 126).

Em nota acrescentada em 1931, quando a ameaça nazista já estava presente, Freud acrescenta: “Agora só nos resta esperar que o outro dos dois ‘Poderes Celestes’, o eterno Eros, desdobre suas forças para se afirmar na luta com seu não menos imortal adversário. Mas quem pode prever com que sucesso e com que resultado?” (p. 147/148).

Para Freud, o homem é intrinsecamente mau e destrutivo, tendo que ser contido em seus desejos e pulsões pelas forças civilizatórias. Essa agressividade constitutiva não poder ser considerada responsável pela violência na história e na cultura. Não se pode falar em violência instintiva nem constitutiva. Inclinação constitutiva do ser humano para a agressão, fala de uma pulsão agressiva. Seríamos, assim, naturalmente agressivos, mas não violentos. A violência é um fenômeno de outra ordem.

Concordamos com a psicanalista Ilka Ferraril (2006) quando esta afirma que agressividade e violência não se superpõem. Para a psicanalista, a agressividade está circunscrita à estruturação do eu e na sua relação com os objetos. Agressividade está mais próxima da pulsão de morte que a violência e é constitutiva da primeira individuação do sujeito. A agressividade está em nós, mas pode ser sublimada, pode ser recalcada, não precisando ser atuada, já que o ser humano conta com o recurso da palavra, da mediação simbólica. Como Freud, Ferraril vai dizer que a agressividade humana não é a que se observa em outros animais, expressa na luta pela conservação da espécie. A agressividade tem outra herança e está inscrita na ordem social, “referente à herança de uma lei a que o humano se submete e faz com que ele articule proibição, hostilidade e ética, como no mito Totem e tabu” (p. 54).

Já no que se refere às formulações da mesma autora sobre violência, é preciso fazer uma crítica. Para ela, a violência se ordena em torno da lógica que implica a entrada do vivente na linguagem. Seu argumento é que na psicanálise, a violência é vista sempre em um

referencial que mostra que o encontro com a linguagem não é sem consequências para o humano:

Compreender a violência por meio desse ensino supõe adentra-se na constituição do laço social, considerar os discursos que imperam em dado contexto histórico e não perder de vista as formas como os sujeitos são capazes de responder aos mesmos, já que a pulsão está presente também em momentos pacíficos. (p. 51).

Este argumento se aproxima das ideias já expostas por Bergeret (1990) e Castoriadis-Aulagnier (1988). A nossa crítica é simples e direta. Não se pode chamar de violência experiências tão diferentes (como o são a entrada na linguagem, a constituição do supereu, uma morte por bala perdida, o assassinato de um jovem, uma criança violentada, uma briga no trânsito etc.).

Quando apostam em uma violência constitutiva, correm o risco de postular uma inclinação inata à violência. E esta associação não se sustenta empiricamente porque se tivéssemos uma inclinação inata à violência seríamos todos muito mais violentos. Teríamos taxas de mortalidade por causas violentas muito mais altas do que temos e, mais que isso: estas teriam que ser muito mais bem distribuídas do que o são mundialmente.

O que propomos é uma separação nítida e radical entre fenômenos tão diferentes entre si. O que nos constitui não pode ser chamado “violência”. Este vocábulo deve ser utilizado para designar experiências e comportamentos que pressupõem intencionalidade e intenção em destruir. Assim, consideramos que a violência participa do processo cultural humano, mas não pode nos constituir enquanto humanos, estando este processo a cargo da agressão.

Para argumentar a favor de uma diferenciação conceitual entre violência e agressividade, seguimos com os escritos do psicanalista Jurandir Freire Costa.

Costa (2003) nos lembra de que a fantasia da sedução, por exemplo, é traumática, mas não é em si violenta. O autor afirma que o termo violência em psicanálise “continua sendo confuso, impreciso e, às vezes, claramente estapafúrdio” (p. 12). É preciso registrar que a dificuldade em definir ou precisar o fenômeno da violência não é restrito à disciplina inventada por Freud. É uma dificuldade também das ciências humanas e sociais, como já exposto na introdução deste texto.

O referido autor faz uma crítica do uso que psicanalistas fazem do conceito de violência. Cita como exemplo a teoria do trauma infantil, fundadora do psiquismo humano. Por que o trauma infantil é violento? Porque a criança é obrigada a introjetar ou interiorizar uma excitação sexual, portadora de um significado que ultrapassa sua capacidade de significação biopsicológica. Esse excesso, não podendo ser metabolizado psiquicamente, é

vivido como puro afluxo de energia, como uma tonalidade emocional violenta. O desejo dos pais, embora vital, é sempre violador. Diversos autores falam do trauma do nascimento como uma violência fundamental contra a quietude intrauterina. Outras vezes, afirmam que existe uma violência necessária à entrada do sujeito na ordem da cultura ou do simbólico.

Para Costa (*ibid*), estas explicações revelam-se frágeis quando submetidas ao teste de coerência teórico-clínica e a principal objeção a estas diz respeito à noção de violência:

Pouco a pouco, a teoria psicanalítica migrou das proposições freudianas a respeito da natureza traumática da sexualidade para uma concepção da natureza violenta desse traumatismo. No cerne da mutação encontramos dois motivos: o primeiro é interno ao campo psicanalítico e baseia-se em um equívoco. *Identifica-se trauma infantil com violência* (grifos do autor), fazendo do primeiro termo – este sim, condição de existência psíquica – sinônimo do segundo. Criticamos essa suposta identidade entre traumatismo e violência. O segundo motivo concerne à crença na primazia da violência na gênese da cultura e, por conseguinte, do psiquismo. (2003:28)

Afirma ainda que a psicanálise confundiu poder com violência quando concluiu que a violência é o solo da humanização:

Por que seria violento, em si, o aporte libidinal da mãe para o filho, se esta é a condição para que este entre no jogo do prazer e venha a usufruí-lo? Por que seria violenta a ação da linguagem sobre a sexualidade, se esta é a condição para que o sujeito entre no universo da troca, que lhe confere a identidade na ordem da diferença dos sexos e das gerações? (p. 78)

Existe certo abuso terminológico quando se fala de “violência traumática do nascimento” ou de “violência necessária à humanização do sujeito”. Não pode haver violência no gesto ou desejo de quem dá a vida a um outro ou de quem leva este outro a respeitar os tabus da cultura e as leis da linguagem. Falar da violência nesses casos seria tão absurdo “quando afirmar que nossa constituição biológica é violenta por fazer-nos obedecer a suas leis de rigidez essencial. Seria violenta a necessidade de comer ou a impossibilidade de voar?” (*ibidem*, p. 125)

O autor tenta demonstrar durante toda a primeira parte do livro é que não existe violência sem desejo de destruição, comandando a ação agressiva e, em consequência, que violência não é uma propriedade do instinto. O sujeito violentado é o sujeito que sabe, ou virá a sentir, que foi submetido a uma coerção e a um desprazer absolutamente desnecessários ao crescimento, desenvolvimento e manutenção do seu bem estar, enquanto ser psíquico. Constitui-se em um emprego deliberado da agressividade a um objeto, ou seja, não apenas é

preciso que haja intencionalidade para praticar a violência; ela é um fato da cultura e só existe em relação a uma lei. Este tipo de ação porta a marca de um desejo. Assim, *violência é o emprego desejado da agressividade, com fins destrutivos* (Costa, 1989, 2003).

Neste contexto, violência seria a situação de recorrência traumática ou de traumatismo excessivo desde a origem, ou seja, toda ação traumática que conduz o psiquismo ou a desestruturar-se completamente ou a responder ao trauma através de mecanismos de defesa, análogos à economia da dor. Seria toda circunstância de vida em que o sujeito é colocado na posição de não poder obter prazer ou de só buscá-lo como defesa contra o medo da morte.

Levando em conta os argumentos apresentados por Costa no livro citado, consideramos que o que é indispensável à formação do psiquismo não pode ser considerado violento. Daí a importância em diferenciar a violência da agressão/agressividade.

O já referido autor apresenta claramente 3 razões que tornam impertinentes o argumento de que a agressividade, “componente animal do homem”, é a causa da violência. Em primeiro lugar, baseia-se em redundâncias do tipo o homem comporta-se como animal porque é um animal. Em segundo, o argumento biológico sobre a natureza da violência é inconsistente, porque se apoia na premissa, também questionável, de que a violência é produto da conduta humana movida pelo instinto e não pela razão. Este lugar comum corresponde à afirmação de que a violência é irracional. O perigo é incorrer a uma violência instrumental: estabelece-se uma equivalência entre violência, irracionalidade e descontrole emocional. Aqui o autor nos lembra de que um comportamento “emocional” não é um comportamento destituído de razão e que a violência provocada pela emoção pode ser racional e frequentemente o é: O ato calculado de violência não dispensa a razão: ao contrário, solicita-a:

Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente, ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional. A existência desses predicados não altera a qualidade especificamente humana da violência, pois o animal não deseja, o animal necessita. E é porque o animal não deseja que seu objeto é fixo, biologicamente predeterminado, assim como o é a presa para a fera. O animal não tem pulsão. Nada disso ocorre na violência do homem. O objeto de sua agressividade não só é arbitrário como pode ser deslocado (p. 39).

Dessa forma, o *sujeito violentado* percebe no *sujeito violentador* o desejo de destruição. Violência pressupõe interação humana de forma que, quando a ação agressiva é pura expressão do instinto ou quando não exprime um desejo de destruição, não é traduzida nem pelo sujeito, nem pelo agente, nem pelo observador, como uma ação violenta (ibid).

Alguns estudiosos poderiam questionar este argumento analisando o comportamento de bebês, que, supostamente, carregaria algo de agressivo ou violento. Sobre isto, Costa pontua que a agressividade do recém nascido não é boa nem má, não é moral nem imoral, não é violenta nem não violenta porque as mães não interpretam a agressividade de seus bebês como violenta.

Por fim, o terceiro motivo que o autor julga improcedente a identificação da violência à agressividade animal critica a predisposição humana à violência. Afirmar que somos instintivamente violentos banaliza a violência porque faz dela um fenômeno não passível de controle e termina por trivializá-la.

Em contrapartida, outros autores (Castelo Filho, 2006; Endo, 2005; Rosário & Kyrillos Neto, 2014; Marin, 2006; Belo, 2004, entre outros) insistem na ideia de que existe uma violência que é constitutiva do sujeito ou necessária para estruturação do Eu, utilizando o termo-, equivocadamente ou indiscriminadamente-, como sinônimo de agressividade. Estes consideram que a violência é intrínseca e estruturante do psiquismo humano, sendo sofrida pelo sujeito desde os primórdios de sua constituição. Outros autores clássicos que não poderiam deixar de citar são Bergeret (1990) e Castoriadis-Aulagnier (1988). O primeiro defende uma violência fundante ou fundamental no humano; e a segunda autora diz sobre uma “violência primária”, radical e necessária à nossa constituição. Vejamos detalhadamente suas formulações.

Bergeret (1990) diferencia a agressividade de uma “violência fundamental”, onde esta diz respeito a um instinto primitivo puramente defensivo; uma violência arcaica não integrada. É considerada como instinto de tipo animal (e não como uma pulsão) sendo natural e inata ao ser humano. Segundo o autor, o mito de Édipo e a lenda de Hamlet se sustentariam sobre esta violência primitiva e traduziriam as dificuldades de sua integração. Diferenciando esta violência da agressividade o autor afirma que a agressividade tem a ver com um objeto definido no registro da identificação secundária, tratando-se de um objeto sexual edípico. A agressividade objetiva prejudicar de forma muito específica o objeto, destruí-lo eventualmente, sobretudo fazê-lo sofrer, enquanto a violência fundamental se interessa antes de tudo pelo sujeito, em sua conservação, estando ligada às pulsões de vida. A violência fundamental caracteriza o esforço de edificação de uma identidade primária narcisística cujo principal “objeto” segue sendo o mesmo sujeito, não estando ainda o objeto “externo” mais que em curso de individualização; tendo importância secundária na trajetória violenta primitiva (idem, p. 252). Assim, a violência fundamental do autor corresponde

etimologicamente a uma força vital presente desde a origem da vida. Esta violência fundamental proposta por Bergeret não pode ser confundida nem com a agressividade nem com a violência sobre a qual trato nesta pesquisa.

Já a “violência da antecipação”, “violência primária” ou “violência da interpretação” proposta pela psiquiatra e psicanalista Piera Castoriadis-Aulagnier define uma violência radical e necessária para permitir o acesso a ordem do humano. Através de sua experiência clínica com psicóticos a autora propõe uma nova visão psicanalítica da mãe com o recém-nascido, uma nova metapsicologia da interpretação. Conceitualmente, essa violência correria um risco de excesso, excesso de ser mãe, de não reparar. A violência operada pela interpretação da mãe em relação ao conjunto das manifestações vivenciadas pelo infante é indispensável. O discurso materno é o agente e o responsável do efeito de antecipação imposto aquele de quem se espera uma resposta que não se pode proporcionar; esse discurso expressa o que a autora entende por violência primária. Em outras palavras, esta violência exerceria o efeito de antecipação do discurso materno e se manifestaria essencialmente através da oferta de significação, cujo resultado seria fazer emitir uma resposta que ela formula no lugar do infante.

Essa violência, para a referida autora, seria constituinte da psique do recém-nascido. O eu é uma instância que surge para dar conta de se defender dos excessos provenientes das pulsões internas e externas do ser adulto que cuida (e erotiza) do recém-nascido totalmente desamparado. O adulto o violenta ao dar exatamente o que o bebê precisa para viver. A violência é cometida pelo porta-voz a expensas de um Eu que carecia dos meios de defesa adequados. Haveria, neste processo, um risco sempre presente: o do excesso que poderia desembocar em uma “violência secundária”, que seria prejudicial e nunca necessária para o funcionamento do Eu.

Defendemos a hipótese de que esta *violência primária* sofrida pelo *infans* não tem relação com a violência tratada neste artigo. Tampouco a “violência da antecipação”, “violência primária” ou “violência da interpretação”. Usa-se a mesma palavra para falar de conceitos muito diferentes. Os massacres produzidos pelas guerras, a violência urbana na América Latina, os campos de extermínio, as altas taxas de mortalidade por causas violentas nas grandes cidades e outras catástrofes humanas: o que poderia haver de constitutivo nestas experiências?

A violência que mata prematuramente, assusta e avassala famílias inteiras não tem nada de “constituinte”. Perder um filho, por exemplo, não é uma experiência de violência

primário, ou fundamental ou constitutiva. E, por serem fenômenos completamente diferentes, não deveriam receber o mesmo nome. Não faria objeção se outra palavra (que não *violência*) fosse utilizada para designar estas experiências primitivas.

Para ser coerente com o argumento defendido aqui, propomos o uso do neologismo *violentador* (e não agressor) como termo utilizado para referir-se a quem pratica violência.

Considerações finais

Os termos ‘violência’ e agressividade’ não são sinônimos nem a violência é uma expressão da agressividade.

A violência mudou e mudaram também nossas representações sobre ela. Parece que ela passa a fazer parte dos padrões intrapsíquicos, de modo que definimos como violentos certos comportamentos que até bem pouco tempo atrás eram considerados normais ou banais. Conceituar a violência é um esforço difícil de ser concretizado. As teorias que se apresentam hoje não parecem suficientes para explicar o fenômeno. A violência possui historicidade, assim como as teorias e os discursos que se propõem a explicá-la. Além disso, cada época denomina algumas práticas como violência e outras como naturais. Por ser histórica e “ter a cara” da sociedade que a produz, a violência pode aumentar ou diminuir pela força da construção social. Assim, cada sociedade, dentro de épocas específicas, apresenta formas particulares de violência.

Concluimos que não se pode falar em seres humanos constitucionalmente violentos. A violência se estabelece e se aprende. Não é uma coisa que nasce com a gente. É um comportamento aprendido, apreendido e imitado. Assim, só é possível falar nesta última quando existe intenção em destruir -, não podendo haver, assim, nada de constitutivo na violência. Diferente da agressividade que carrega em si um componente constitutivo.

Referências

BELO, Fábio. “Os efeitos da violência na constituição do sujeito psíquico”. *Psyche*, São Paulo, n.14, v.18, 2004, p. 77-94

BERGERET, Jean. *La violencia fundamental*. Madrid: sombras del origen, 1990.

BIRMAN, Joel. *Mal estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BRASIL, Vera Vital (2003): “Subjetividad y violència: la producción del miedo y de la inseguridad”, 2003. Conferência apresentada no evento Encontros Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial, na cidade do Rio de Janeiro. Disponível na internet em nov/2008: <http://www.redsalud-ddhh.org/pdf/Subjetividad.PDF>

CANAVEZ, Fernanda. “A violência a partir das teorias freudianas do social”. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v.66, n. 11, 2014, p. 33-48

CASTELO FILHO, Claudio. “Considerações a respeito da violência intrapsíquica na prática psicanalítica”, *Psychê*, Rio de Janeiro, n. 17, 2006, 87-108.

CASTORIADIS, Piera Aulagnier. *La violencia de la interpretación*. Buenos Aires: Amorrortu/editores, 1988.

COSTA, Arthur Trindade M. Violências e conflitos intersubjetivos no Brasil contemporâneo. *Cad. CRH* [online]. 2011, vol.24, n.62, pp.353-365. ISSN 0103-4979. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000200008>.

COSTA, Jurandir Freire. “Narcisismo em tempos sombrios”. In *Percursos na história da psicanálise*. Rio de Janeiro: Taurus-Timbre, 1988. p. 151-176.

COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

DIMENSTEIN, Magda. “O Psicólogo e o Compromisso Social no Contexto da Saúde Coletiva”, *Psicologia em Estudo*, Maringá, n. 2, v. 6, 2001, p. 57-63.

ENDO, Paulo. *A violência no coração da cidade. Um estudo psicanalítico*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2005.

FERRARIL, Ilka Franco. “Agressividade e violência”. *Psicologia clínica*, n.2, v. 18, 2006, p. 49-62.

FREUD, Sigmund. *Moral sexual civilizada e a doença nervosa moderna* [1908] In *Obras Completas*, ESB, v. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. *Totem e tabu: Alguns pontos de concordância entre a vida mental dos selvagens e dos neuróticos* [1913] In: *Obras Completas*, ESB, v. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. *Reflexões para os tempos de Guerra e morte* [1915] In *Obras Completas*, ESB, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. (1917/1996) *Conferências introdutórias sobre psicanálise* [1917] In *Obras Completas*, ESB, v. XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. *Além do Princípio de Prazer* [1920] In *Obras Completas*, ESB, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. *O problema econômico do masoquismo* [1924] In *Obras Completas*, ESB, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão* [1927] In *Obras Completas*, ESB, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Freud, S. *Mal estar na civilização* [1930] In *Obras Completas*, ESB, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. *Por que a Guerra? (Einstein e Freud)* [1933]. In *Obras Completas*, ESB, v. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GLICKEN, Morley. *Learning from resilient people: Lessons we can apply to counseling and psychotherapy*. Thousand Oaks: Sage, 2006.

JIMÉNEZ, Soledad Ballesteros. “Prólogo”. In: MACKAL, Paul. *Teorías psicológicas de la agresión*. Madrid: Ediciones Pirámide, 1983.

LEITE, Márcia Pereira; BIRMAN, Patrícia. *Um mural para dor: Movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004.

MACIEL, Maria Regina; SANTOS, Luciana Oliveira dos. “Novas configurações subjetivas: um estudo sobre o pânico e a depressão”, *Cadernos de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n.12, v. 1, jan., 2004, p. 41- 55.

MACKAL, Paul. *Teorías psicológicas de la agresión*. Madrid: Ediciones Pirámide, 1983.

MARIN, Isabel Kahn. “O não violento”. *Estilos da Clínica*, São Paulo, n. 20, v. 11, jun., 2006, p. 38-57.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. “A violência social sob a perspectiva da saúde pública”. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, 1994, p. 7-18.

[ROSARIO, Ângela Buciano do](#), [NETO, Fuad Kyrillos](#). “Abordagem da violência no sistema classificatório DSM na perspectiva psicanalítica”. *Fractal, Revista de Psicologia*, n.2, v. 26, 2014, p. 401-414.

SONODA, Katerine da Cruz Leal. “Liderança muito perigosa: Relatos de líderes comunitários vítimas da violência urbana no Rio de Janeiro”. *Revista Epos*, Rio de Janeiro, n.3, 2012, p. 1-21.

SONODA, Katerine da Cruz Leal. “Atualidade e produção de mal estar”. *Revista Mal estar e Subjetividade*, v.13, 2013, p. 643-664.